

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	0005396-89.2012.8.26.0566
Classe - Assunto	Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Embargante:	Antonio Francisco Casale e outro
Embargado:	Ministério Público do Estado de São Paulo

ANTONIO FRANCISCO CASALE E OUTRO opuseram embargos à execução que lhes move o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, pedindo a improcedência da execução e a nulidade de Termo de Ajustamento de Conduta. Alegaram, para tanto, em síntese, que firmaram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), obrigando-se ao cumprimento de certas obrigações, sob pena de multa diária, e agora sofrem execução, a qual decorre de perseguição, pois inverídicos os fatos que lhes são atribuídos e sem amparo no título executivo. Ademais, segundo afirmam, não houve dano ambiental, e incide em nulidade o TAC.

O Ministério Público impugnou os embargos, afirmando que os embargantes descumpriram as obrigações assumidas, sujeitando-se à execução, sem qualquer nulidade maculando o TAC.

Deferiu-se a produção de prova pericial.

Realizou-se a prova pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, cientes as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Há duas execuções em curso: 20840-2, antigo processo 2.097/2011, e 20845-24, antigo processo 2.098/2011.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Os presentes embargos dizem respeito exclusivamente à execução 20845-24.2011.8.26.0566, antigo 2.098/2011, o que se confirma pelo exame da própria execução e pela referência feita pelos executados, na petição inicial, fls. 2. Tal execução corresponde àquela cuja petição inicial está reproduzida a fls. 24/30 e tem por objeto compelir os executados ao cumprimento de obrigação de fazer. A cópia de fls. 31/36 diz respeito à execução da multa cominatória decorrente do descumprimento da obrigação.

A execução está amparada no Termo de Ajustamento de Conduta reproduzido a fls. 45/47, firmado por ambos os embargantes e por testemunhas instrumentárias. Não se identifica qualquer vício no termo, pois expressa a vontade livremente manifestada.

Os embargantes se reconhecem possuidores e titulares de direitos sobre o imóvel matriculado sob nº 106.580 (fls. 58/60). Nem por isso estão desobrigados daquilo que prometeram cumprir, lógico que a averbação da área de reserva legal depende da regularização do domínio e tal regularização é obrigação antecedente lógica.

Seria plausível a concessão de prazo suplementar para cumprimento da obrigação, mas não houve pedido a respeito, muito menos se mostra plausível, pois decorreu lapso temporal superior a seis anos e não há notícia de esforços efetivos para cumprimento.

Incumbia aos embargantes, na qualidade de compromissários compradores ou cessionários de direitos sucessórios sobre o imóvel, diligenciar a transferência do bem para o próprio nome ou a regularização do domínio por qualquer outro meio.

Refiro precedente jurisprudencial:

Embargos à execução – Ação civil pública de execução de obrigações de fazer e de não fazer Compromisso de ajustamento de conduta Recuperação do dano ambiental e averbação da área de reserva legal Alegação, pelo executado, de impossibilidade do cumprimento da obrigação em razão de o imóvel não ter sido regularizado, junto ao CRI local, pelo compromitente vendedor Responsabilidade do executado, na qualidade de compromissário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

comprador do imóvel, de diligenciar a transferência do bem para o seu nome. Determinação de concessão de prazo suplementar para o executado cumprir as obrigações assumidas no TAC, suspensão a aplicação da pena de multa. Embargos julgados improcedentes - Recurso provido, em parte (TJSP, Apelação nº 0000985-48.2011.8.26.0045, Rel. Des. Zélia Maria Antunes Alves, j. 31.07.2014).

De todo modo, a execução ora embargada corresponde àquela cuja petição inicial está reproduzida a fls. 24/30 e tem por objeto compelir os executados ao cumprimento de obrigação de fazer consistente no plantio de certa quantidade de espécies nativas florestais, à colocação de apetrechos que impeçam o acesso do gado à área desmatada e à comprovação de submissão à Secretaria do Meio Ambiente dos trabalhos técnicos necessários à instituição e averbação da Reserva legal. Tais obrigações não são exclusivas do proprietário e podem ser cumpridas mesmo pelos possuidores diretos da área, como efetivamente são os embargantes, o que exclui a validade jurídica do argumento de impossibilidade de regularização do título dominial. Destarte, sendo eles possuidores do imóvel rural, inclusive com título jurídico hábil à aquisição da propriedade, estão vinculados ao que se obrigaram e devem mesmo, independentemente da propriedade, fazer o plantio das espécies florestais, evitar o acesso do gado à área desmatada e submeter à aprovação da Secretaria do Meio Ambiente, dos trabalhos técnicos necessário à instituição e averbação da Reserva Legal (SMA). A propósito, a aprovação ou não dos estudos e projetos pela SMA constitui aspecto secundário, pois a obrigação assumida e exigida é de apresentação do plano.

Note-se que a área de reserva deve incluir 3,0 hectares de fragmento de cerrado, tal qual constou do TAC e tal qual se exige na execução.

Não importa saber se o desmatamento ocorreu em momento anterior à aquisição do imóvel pelos embargantes, pois cabe-lhes o cumprimento da obrigação validamente assumida, independentemente da origem do dano.

Também é desimportante discutir a ocorrência de dano ambiental, pois a obrigação assumida tem por objetivo principal a recomposição da área e a proteção contra danos futuros.

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A averbação da área de reserva constitui etapa subsequente, da qual é antecedente lógico a regularização do domínio, não se identificando nos autos causa jurídica que impeça os embargantes de tal regularização. Aliás, a se admitir tal argumento, seria bastante oportuno a qualquer proprietário rural descuidar da regularização do domínio e estaria autorizado a descumprir a legislação.

Enfim, não há nulidade alguma no TAC, muito menos inconstitucionalidade, pois preservada a liberdade com que agiram os embargantes, na assunção das obrigações, compatíveis com a legislação ambiental.

O documento de fls. 109/111, de 26 de abril de 2012, portanto posterior à apresentação dos embargos, reconhece que não houve o plantio das 1.602 mudas, por indisponibilidade financeira, o que não constitui justificativa jurídica para o descumprimento da obrigação, lembrando que o prazo já estava vencido há muito tempo.

É dito que as cercas estavam no lugar correto e conservadas (fls. 109)

Também foi dito que os interessados ingressaram com o pedido de regularização da averbação da área de reserva no órgão ambiental, em 15 de março de 2012 (fls. 109).

Durante a diligência pericial determinada por este juízo, constatou-se que *a quantidade de mudas exigidas e em conformidade com as recomendações da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo foram praticamente todas plantadas e estão passando pelos devidos tratamentos culturais por ocasião das vistorias realizadas*. É certo que o plantio foi efetivado no prazo estabelecido no TAC, mas foi corrigido posteriormente. Os exemplares mortos foram repostos (fls. 214).

Sucede que a conclusão pericial não assertiva no tocante à quantidade de mudas, dizendo que foram *praticamente todas plantadas*. Definiu-se o número de mudas, 1.602, e dentre elas algumas espécies foram numericamente específicas, 102. Logo, embora admitindo alguma alteração para mais ou para menos, deveriam os embargantes demonstrar que efetivamente completaram o plantio exigido.

Noticiou-se nos autos, a partir de documento oriunda do

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, da Secretaria do Meio Ambiente (fls. 252/262, que faltam cuidados na área, detectou-se até mesmo muda nativa cortada por roçadeira (fls. 261) e que uma parte da área está *razoavelmente* cuidada (fls. 253).

Existe a necessidade de reposição de mudas mortas, erradicação integral dos capins invasores, adubação e erradicação de formigas (fls. 262).

Essas observadas feitas pelo engenheiro agrônomo da Fiscalização Ambiental não foram infirmadas pelo perito judicial, muito menos pelos embargantes, que sequer se manifestaram a respeito.

Não se trata de prestigiar utopia a exigência de manutenção das mudas plantas, segundo pareceu ao respeitado perito judicial (fls. 281), mas de exigir-se o cumprimento das obrigações assumidas. Cabe enfatizar o respeito deste juízo à pessoa do saudoso perito judicial, que tanto auxiliou nesta e noutras Comarcas a solução de conflitos ambientais, sem deixar dúvida alguma quanto à sua honestidade e honorabilidade, a despeito do modo informal como ajustou o atendimento de honorários profissionais nos autos deste processo.

Houve atendimento da obrigação de impedir acesso de animais, embora impossível apurar desde quando. Com efeito, esclareceu o perito judicial que *o acesso de animais domésticos estava sendo impedido, não sendo possível definir a partir de que ocasião* (fls. 215).

Conclusivamente, ao tempo do ajuizamento da execução as obrigações impostas não estavam cumpridas. No decorrer do processo houve cumprimento apenas parcial, o que não afasta a procedência da execução e a incidência da multa, enquanto não houve cumprimento pleno.

Subsiste a pena pecuniária imposta, sem prejuízo de, oportunamente, não agora, fixar-se um limite para ela. Seria inconsequente impor tal limita agora, pois poderia animar o devedor da obrigação ao descumprimento. *Limitar neste momento o montante global das astreintes, e em valor significativamente menor que o estimado para a reparação, teria efeito inverso ao visado pelo legislador, que é assegurar o resultado prático da decisão. Por conseguinte, a decisão há de ser reformada para excluir, neste momento, a limitação da multa* (TJSP, AGRAVO DE



P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

INSTRUMENTO Nº 2077221-40.2014.8.26.0000, Rel. Des. VERA ANGRISANI, j. 31.07.2014):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Imóvel que não possui área de reserva legal e onde ocorre intervenção antrópica irregular em APP. Concessão de liminar para a adoção de medidas imediatas. Fixação de teto para a multa que se mostra indevida nesta fase, sob pena de incentivar a inércia dos proprietários em vista do custo estimado para a recuperação da área. Eventual redução do montante global da multa que pode ser modificado futuramente caso se torne demasiadamente excessivo, nos termos do art. 461, § 6º do CPC. Decisão reformada. Recurso Provido.

Está prevista no Código de Processo, no § 6º do art. 461, a possibilidade de o juiz, “de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva”.

Diante do exposto, rejeito os embargos, embora reconhecendo o cumprimento parcial da obrigação. Mantenho a incidência da multa imposta aos embargantes, como forma de instá-los ao cumprimento da obrigação assumida, ressaltando a hipótese de, na execução, impor um limite máximo para o valor resultante, o que se fará mediante análise do lapso temporal de descumprimento e da obrigação ainda descumprida. Portanto, ficam mantidas as obrigações assumidas pelos embargantes.

Custas e despesas processuais pelos embargantes.

P.R.I.C.

São Carlos, 28 de dezembro de 2015.

carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
